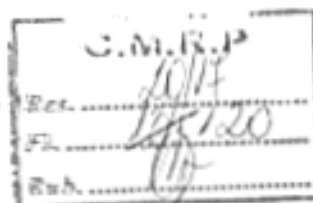




# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

### ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS Dia 18 de Maio de 2017 – 6ª Reunião



Aos dezoito dias do mês de maio de 2017, às 09:30 h. no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniu-se a **Comissão Especial de Estudos Destinada a Analisar o Acordo Firmado Entre o Município e o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Denominado "Acordo dos 28%"** e a **Notícia da Suspensão do Pagamento pelo Poder Judiciário**, nos termos da Resolução nº 20/2017. Integram esta CEE, o Vereador Renato Zucoloto (PP) – Presidente e os membros, Vereadores Marinho Sampaio (PMDB), Alessandro Maraca (PMDB), André Trindade (DEM) e Maurício Gasparini (PSDB), este último justificou sua ausência. Encontram-se presentes ainda, prestigiando esta reunião, os vereadores Adauto Marmita, Boni, Jean Coraucci e Fabiano Guimarães. O Presidente da Comissão iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, em especial do Secretário dos Negócios Jurídicos, Dr. Alexander, do funcionário público Tarlá, do Toninho, da dra. Regina, advogada do Sindicato dos Servidores e do dr. Nonino, representante da AMAP. Isto mostra que estamos no caminho certo da conciliação para que possamos juntos solucionar a volta do pagamento dos 28,35%. Solicitou ainda o Presidente da Comissão que todos os assessores jurídicos dos vereadores, ocupem as mesas do plenário. Manifestou ainda aos servidores que quando esta casa recebe um Projeto de Lei para homologar um acordo, subentende-se que este acordo já tenha sido assinado pelas partes, mas com este acordo não foi isso que aconteceu. Gostaria ainda de dizer aos servidores que estamos aqui em mais de 20 bons advogados e estamos todos imbuídos do propósito de encontrar uma solução jurídica. Nossa função aqui não é solucionar a lide processual, mas, tentar encontrar a conciliação. Sabemos que todos têm seu drama pessoal, mas o escopo desta audiência pública não é resolver o problema individual de cada servidor. Esta comissão deve atuar como mediadora. Quero conclamar todos vocês para que possamos realizar uma audiência pública pautada no respeito e por uma conduta educada e vamos dar oportunidade para todos se manifestarem. Nós recebemos o Projeto de Lei Complementar que será aqui explicado. Nós estamos aqui desempenhando uma função de mediadores deste encontro. Agradeço ainda a presença dos vereadores Gláucia Berenice, Bertinho Scanduzzi, João Batista, Orlando Pessoti e Paulo Modas e fico muito feliz que esta CEE tenha tantos vereadores presentes que dão representatividade e legitimidade a este encontro. Em seguida, passou a palavra ao Vereador Maraca, membro desta CEE, que inicialmente cumprimenta e agradece a presença de todos, parabeniza as colocações do Presidente desta CEE no que diz respeito a mostrar o caráter conciliador desta audiência. E hoje temos a expectativa de que possamos sair daqui com um acordo e que possamos ouvir as duas partes para chegarmos a um consenso. Ontem à noite recebi uma documentação do Sindicato, de manhã conversei com o executivo e entendemos as dificuldades financeiras pela qual passa a prefeitura, mas entendemos também a situação e os compromissos dos servidores. A Câmara Municipal, nestes últimos meses, não tem se furtado em discutir e tomar posições, às vezes discordantes, mas sempre baseadas no respeito mútuo. Mas a nossa intenção é que hoje possamos sair daqui com esta questão resolvida, e que ambas as partes saiam satisfeitos e possamos dar fim a esta matéria. Em seguida, usou da palavra o Vereador Marinho Sampaio, que cumprimentou a todos e disse que todos o conhecem e sabem que ele é antes de qualquer coisa, servidor público de carreira. Com relação aos 28%, é uma batalha que vem desde 1990/1991 e o acordo foi feito em 2008. Desde esta época, os quatro mil servidores vêm recebendo seus direitos e em janeiro tivemos a surpresa da suspensão do



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

pagamento. E esta casa sempre esteve à disposição dos servidores. Pessoalmente, estou à disposição dos servidores e vi quando foi apresentado o projeto e me levantei e disse que a Câmara não poderia de maneira nenhuma aprovar um projeto deste sem o conhecimento dos servidores. E esta casa, não votou em respeito aos servidores. A Câmara só pode aprovar este acordo, com a anuência dos servidores. Enquanto os servidores não tiverem todos os esclarecimentos necessários, esta casa não vota este acordo. E hoje, esta é a oportunidade, pois esta comissão trouxe aqui o secretário dos negócios jurídicos e funcionários do governo e a Câmara só aprovará com o aval positivo dos servidores. Em seguida, usou da palavra o Vereador André Trindade que cumprimentou a todos os presentes e disse que o vereador Zucolotto, além de ser um vereador como os demais, é um técnico no assunto jurídico e nos dá mais segurança em ser por ele representado nesta CEE. Gostaria que os servidores ouvissem atentamente e refletissem sobre as propostas. Este acordo foi feito em 2008, para ser cumprido em 10 anos. Quero dizer que a maior fatia deste acordo, ficou para os últimos 18 meses quando o caixa já estava vazio tendo em vista as falcatruas que foram feitas nos últimos anos. É evidente que precisamos achar um ponto de equilíbrio para que os servidores possam receber. Fica aqui consignado que no momento em que a Prefeitura não tem dinheiro, é o momento em que deve pagar este acordo e ela apresenta uma proposta da maneira que ela pode pagar. Dessa forma, temos que encontrar um ponto de equilíbrio. Em seguida, o Presidente da CEE agradece a presença do Secretário dos Negócios Jurídicos, Dr. Alexander que está aqui para colocar a posição da Prefeitura. Peço que todos respeitem o que ele vai falar pois isso é democracia. Todos terão direito de se manifestar e sei que todos aqui estão movidos por sentimento de angustia, mas todos são educados. O dr. Alexander em primeiro lugar, cumprimenta a todos e diz que também é servidor e técnico e não é político. Tudo surgiu a partir dos escândalos da sevandija e surgiu uma dúvida se os cálculos estavam corretos. Em princípio, achávamos que o Município estava pagando valor a maior e não poderíamos trabalhar com essa incerteza. E felizmente, encontramos um erro que beneficiou os servidores para mais. Este acordo não tira nenhum direito dos servidores e recompõe o valor que estava sendo suprimido. Não temos como mudar a questão dos juros que foram repassados para pagamento de honorários. Existe uma decisão judicial que não nos permite pagar esses juros. O que foi feito, foi a conferência dos cálculos onde se viu um erro de pagamento a menor na forma da atualização e foi recomposto este valor. A Prefeitura não pode continuar pagando este acordo como estava. Esta é a forma de viabilizar os pagamentos mensais. Ela não retira direitos e não altera o que foi decidido pelo Juiz. Nossa intenção é esclarecer os servidores. Esta proposta não obriga ninguém a aceitar este acordo. Quero esclarecer que tudo o que eu poderia fazer, fiz. O governo vem tentando honrar seus pagamentos, mas dentro de suas possibilidades. Finalmente, o Secretário Dr. Alexander agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para outros esclarecimentos. Em seguida, a palavra foi passada para a dra. Regina, advogada do Sindicato, que agradeceu ao convite para participar desta reunião e cumprimentou a todos os presentes. Disse que o entendimento do sindicato é que o prazo da suspensão do pagamento já se encerrou, a Prefeitura já apresentou nos autos os cálculos e como já tem previsão no orçamento para este pagamento, ele deve ser retomado, pois acreditamos que a Prefeitura não usou esta verba para outras coisas. Após retomados esses pagamentos, entendemos que aí temos uma condição jurídica para analisar esta proposta de acordo. Entendemos que é muito sério esta forma de propor este acordo numa situação em que os servidores estão fragilizados, inclusive pelo fato de fazerem a proposta sem a presença do sindicato. Agradecemos a mediação que esta CEE está fazendo que é de suma importância para o desfecho deste

C.M.R.P.
Res. 2014
Fl. 121
Rub. 13



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

acordo. Em seguida, o Vereador Marinho Sampaio pede a palavra para se manifestar sobre os esclarecimentos do sr. Secretário dos Negócios Jurídicos, pois, terá que se ausentar da reunião para um outro compromisso. Diz o Vereador Marinho que a Prefeitura deveria propor um acordo apenas sobre a diferença encontrada a maior, no valor de 14 milhões. Em seguida, usou a palavra o Dr. Lourenze que cumprimentou a todos os presentes e disse que é procurador de carreira do município. Disse que acompanhou a formação dos novos cálculos e esclarece a todos que quando o novo governo assumiu, a intenção era bloquear os pagamentos em 100%, tendo em vista a questão financeira. Nos reunimos para tentar ver o que fariamos, sabendo a situação dos servidores. Fizemos a solicitação judicial para a suspensão desse acordo pois só assim, teríamos a possibilidade de analisar profundamente. A Prefeitura usou de 3 frentes diferentes para estes cálculos e no final, as 3 frentes se convergiram. A diferença encontrada em favor do servidor foi de aproximadamente 6%, pois, estava se suprimindo um mês na atualização. A par disso, se busca um fôlego para que o Município possa cumprir esse pagamento. A intenção era alongar o prazo para poder pagar. O município utilizou o valor original da dívida e hoje temos um saldo devedor. O Toninho vai explicar e os servidores vão entender. Se a gente considerar um prazo de 10 anos, temos que passados 8 anos, temos ainda mais de 30% de saldo devedor. A proposta que trouxemos é uma alternativa, mas a decisão é de vocês. Quem não quiser assinar o acordo poderá continuar executando. Caso a Câmara aprove este acordo, os servidores serão chamados e quem quiser aderir, passa a receber. Como o prazo é de 120 dias para aderir, caso o servidor assine apenas em agosto, o primeiro pagamento será retroativo a maio. Esta análise foi feita pensando na capacidade do município em pagar, mas também pensando que as parcelas não vão destoar substancialmente do que era recebido até dezembro de 2016. Mas isso tem que ser analisado individualmente por cada servidor, para ver se esta proposta se encaixa em seu orçamento. Estes são os pontos que gostaria de ficarem esclarecidos. Em seguida, usou da palavra o vereador Luciano Mega, que inicialmente cumprimentou a todos e disse que quem está devendo deve pagar. Quem assumiu o compromisso, que honre com seus compromissos. Em seguida, usou a palavra a dra. Regina que disse que o Sindicato só analisaria o acordo, se os pagamentos forem retomados. A liminar suspendeu os pagamentos até a apresentação dos novos cálculos e eles já estão no processo. Dessa forma, os pagamentos devem ser retomados. Disse ainda a dra. Regina que é um absurdo a proposta de que o acordo deva ser assinado pelo próprio servidor, ignorando que o Sindicato é o representante processual. É um absurdo que queiram que os servidores assinem este acordo sem a assistência jurídica do sindicato e isso é um desrespeito a própria autonomia sindical, prevista constitucionalmente. Em seguida, o presidente da CEE, Vereador Renato Zucolotto, passa a palavra ao Toninho, que participou da elaboração dos cálculos para que ele explique, exemplificando como ficarão os pagamentos do acordo com a proposta da Prefeitura. Usou o exemplo de um servidor que em 2008 tinha uma dívida a receber no valor de R\$ 136.245,18. Feitas as correções necessárias e descontando o valor recebido, sobre este valor seria aplicado um índice de 0,6015144, o que levaria o saldo devedor para R\$ 81.231,61. Neste caso, o servidor receberia 44 parcelas de R\$ 1.846,17. Se o acordo não fosse feito e se a Prefeitura continuasse pagando os valores acordados inicialmente, ele teria para receber 11 parcelas de R\$ 3.232,16 e 8 parcelas de R\$ 5.106,81, que totalizaria R\$ 76.408,24, isto em valores de hoje, porque a parcela será corrigida todo mês de janeiro de cada ano. O que a Prefeitura quer é a dilação do prazo de 18 para 44 meses, mas mantendo a correção monetária e a diferença encontrada a maior. Foi necessário que este procedimento fosse feito para buscar um equilíbrio orçamentário. Não é certo o que a advogada do sindicato disse, que existe previsão orçamentária. Realmente existe, mas o que não existe é dinheiro. Foi feito um orçamento fictício. A prefeitura está fazendo tudo para reduzir os custos e contingenciar outros gastos. Além

C.M.R.P	
Res. ....	2014
Fl. ....	122
Sub. ....	



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

desse acordo, estamos também fazendo acordo com os fornecedores que receberão sem correção monetária. Os bancos estão se propondo a alongar a dívida nas mesmas proporções que a Prefeitura vai fazer. E existe a portabilidade onde é possível pedir a antecipação da dívida e mudar de banco. É o momento em todos deverão ter responsabilidade para ver até onde podemos chegar. Caso o servidor não aceite, vai trazer dificuldades para a Prefeitura e para o servidor. O que eu queria esclarecer que o cálculo é muito simples e que não haverá perda. Em seguida o Vereador Renato Zucolotto, disse que trouxe aqui a equipe técnica para poder subsidiar os servidores e os vereadores para que possamos encontrar uma solução. Quero dizer a vocês que esta Comissão não se encerra aqui. Estaremos à disposição de vocês para se preciso, iremos até os bancos. Gostaria de pedir aos servidores que façam suas inscrições com o Queiróz, assessor deste vereador, mas gostaria que os servidores não fizessem questionamentos pessoais, mas que esclareçam dúvidas do conjunto dos servidores. Estaremos no meu gabinete, a dra. Regina no sindicato, para auxiliar pessoalmente quem tem dúvidas. Antes de passar a palavra a servidora Dayse, a Dra. Regina disse que os servidores quando fizeram este acordo em 2008, já deram uma grande contribuição à Prefeitura, quando concordaram em receber esta dívida em 10 anos. Diz ainda a Dra. Regina que o orçamento da Prefeitura, não é fictício, pois isso seria caso de improbidade administrativa. Finalizando, a Dra. Regina pede aos vereadores que conforme consta na nota do Sindicato, não aprovelem este acordo, pois a Prefeitura está querendo passar um verniz no calote. Em resposta, o Dr. Alexander diz que orçamento fictício realmente é caso de improbidade administrativa, mas não foi este governo que fez. E realmente os servidores quando fizeram o acordo ajudaram muito a Prefeitura, mas também foram beneficiados, pois não ficaram sujeitos a precatório. Gostaria de perguntar aos servidores, se vocês autorizaram retirar os juros para pagar honorários? Segundo a Sevandija, esta autorização consta da ata. Quem fez a ata falsa da assembleia que tirou os juros do acordo? O vereador Zucolotto diz que não podemos ficar remoendo o passado e procurando responsáveis, pois assim não chegaremos a uma solução. Em seguida passou a palavra a servidora dra. Dayse, que cumprimentou todos os presentes e disse que essa luta é muito grande e os servidores já deram sua contribuição quando aceitaram o parcelamento e também já se sacrificaram nestes 3 meses que ficaram sem pagamento. É muito bom também saber que a Administração está tendo cuidado com o dinheiro público, pois, este dinheiro também é nosso que pagamos impostos. Os servidores são pessoas honestas e tem cuidado com o dinheiro público. Gostaria de pedir que os vereadores não votem este acordo hoje, pois, os servidores ainda não têm clareza sobre ele. Gostaríamos que a Prefeitura retomasse os pagamentos antes de falar em qualquer acordo. Em seguida, o vereador André Trindade faz uma análise sobre o orçamento, no sentido de que estavam previstos vários pagamentos que não foram feitos. Em seguida, passou a palavra para o servidor dr. Paulo Caldo, que inicialmente cumprimenta a todos os presentes. Diz que foi procurador do município e hoje é advogado criminalista e diretor da AARP. Disse que o erro e a raiva, começaram desde a transição. Já no início estranhou o modo com que os servidores estavam sendo tratados. Proposta de congelamento de salário, retirada de ações com trânsito em julgado, retiradas de direitos feitas pela equipe de transição, composta por dois professores da FEA. Pergunto se eles foram fazer estas propostas aos seus colegas da FEA e da USP. Gostaria que ele pudesse trazer a portaria que os autorizou a fazer isso em horário de trabalho. Os 28% passou por advogados do Sindicato, por procuradores do município, por um Juiz que fez o julgamento e pelo Tribunal com trânsito em julgado. Estabeleceu-se a liquidação dos valores. Alguns servidores optaram pelo precatório e já receberam, outros confiaram nos bancos com aval da Prefeitura e outros optaram por receber parcelas ao longo dos anos, até 2018. Em nenhum momento, o Juiz responsável pela Sevandija, questiona os 28% dos servidores. A Prefeitura inventou isso como uma válvula de escape. A decisão da suspensão do

C.M.R.P	
Res.	2017
Fl.	133
Rub.	10



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

pagamento saiu numa sexta-feira no final da tarde, quando o dinheiro já deveria estar no banco para os servidores receberem. O Prefeito está protelando. Acordo judicial não se discute, se cumpre. O vereador Renato Zucolotto, disse que o trânsito em julgado é a característica que torna a sentença imutável, mas o que está em discussão é o acordo de 2012. Há um conflito de interesses e o que estamos tentando fazer é encontrar uma saída que seja bom para ambas as partes e evitar a judicialização, porque não sabemos o que virá com a decisão do Juiz. Em seguida, usou a palavra a servidora Marta, enfermeira da prefeitura. Disse que, o que nos deixa muito preocupados, são as posturas que estão sendo tomadas pela prefeitura, que passa primeiro a proposta para a imprensa, sem respeitar os servidores. A proposta precisa passar pelos servidores. Não é certo fazer uma proposta, passar primeiro para imprensa, depois enviá-la para a Câmara e os servidores serem os últimos a saber. O nosso pedido é que os vereadores não aprovelem esta proposta. Em seguida, passou a palavra ao vereador Orlando Pessoti, que inicialmente cumprimentou a todos e disse que, se desde o começo da legislatura o executivo tivesse tido o discernimento de sentar com os servidores e dialogar em vez colocar goela abaixo, não estaríamos passando por tudo isso. O ideal seria pagar o que já está consolidado e após o término do pagamento, renegociar esta diferença com os servidores. Em seguida, passou a palavra ao vereador Boni que disse que esta Câmara estará aqui atenta para cumprir o que os servidores escolherem, pois somos os seus representantes. Em seguida, usou a palavra a vereadora Gláucia Berenice que disse ser esse um momento muito difícil. Embora seja do partido do prefeito, tenho meus princípios e o que me rege são os direitos dos idosos, do órfão e da viúva. Entendo que os recursos não existem. Discordando da advogada dra. Regina, o orçamento sempre foi superestimado pelo governo passado e por isso estamos tão endividados, pois superestimavam receita para justificar despesas. O que eu gostaria de fazer é uma contraproposta que se reduza o prazo de parcelamento desta proposta. Que possamos sentar novamente e rediscutir este prazo. Sei das dificuldades que o governo está tendo, mas algo deverá ser feito. Em seguida, usou a palavra o Vereador Jean Coraucci que cumprimenta a todos os presentes e diz que aprendeu com seu pai que quem leva a cidade para frente são aos servidores e por isso, gostaria que vocês soubessem que estou aqui para representá-los e não votarei o projeto a pedido de vocês. Já está na hora de parar com essa conversa de que não tem dinheiro. Está na hora de parar com isso. Já se passaram mais de 100 dias. Já me coloco contra o projeto, mas caso ele seja aprovado, já protocolei uma emenda para que o saldo devedor seja corrigido pela taxa selic, nestes 90 dias que o pagamento foi suspenso. Em seguida, usou a palavra a servidora Marta Angélica, enfermeira da prefeitura, que fez a seguinte proposta: Volta imediata do pagamento e em seguida a abertura de uma negociação. Nosso pedido é que esta casa negue o projeto. Em seguida usou a palavra o vereador Marmita, que disse que desde ontem comentou que esta casa jamais poderia votar o projeto sem que os servidores tivessem conhecimento dele. Finalmente, o vereador Renato Zucolotto, agradece a presença de todos e diz que sabe da angústia de todos, mas a nossa intenção é desjudicializar esta questão e encontrar uma solução amigável. Fiquem certos que a nossa missão não se esgota aqui. Gostaria de manifestar a vocês que negar o projeto hoje, significa fechar o diálogo, mas vamos continuar conversando. A íntegra desta reunião, encontra-se gravada em mídia audiovisual e está anexada à presente e fica fazendo parte integrante desta ata. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 12:00 h. da qual para constar, eu Emir Aparecida Martins Paulino *Paulino* servidora desta CMRP, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente desta CEE.

**VEREADOR RENATO ZUCOLOTO**  
**PRESIDENTE DA CEE**

C.M.R.P	
Res. ....	2118
Fl. ....	124
Rub. ....	11



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS  
Dia 25 de Maio de 2017 – 7ª Reunião

C.M.F.P.	
Res. ....	2017
Fl. ....	190
Rub. ....	11

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2017, às 15:30 h. na Sala dos Vereadores do Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniram-se os membros da **Comissão Especial de Estudos Destinada a Analisar o Acordo Firmado Entre o Município e o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Denominado "Acordo dos 28%" e a Notícia da Suspensão do Pagamento pelo Poder Judiciário**, nos termos da Resolução nº 20/2017. Integram esta CEE, o Vereador Renato Zucoloto (PP) – Presidente e os Vereadores Marinho Sampaio (PMDB), Alessandro Maraca (PMDB), André Trindade (DEM) e Maurício Gasparini (PSDB) - Membros. O Presidente da Comissão, Vereador Renato Zucolotto iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e disse que gostaria de agradecer a todos os vereadores pela confiança que vem recebendo, em especial pela força recebida na última reunião. Ontem, estive com o Promotor Sebastião Sérgio e encontrei com o Vereador Rodrigo Simões que havia ido lá por outro motivo, mas o Promotor tinha oficiado à Câmara sobre os 28,35% e conversamos com ele sobre esse assunto. Ele nos sugeriu que conversássemos com o Conselheiro Roque Citadini do Tribunal de Contas, porque ele está analisando o caso dos 28% e também com a Procuradoria do Estado, que ele havia solicitado uma manifestação sobre os cálculos apresentados. Hoje de manhã várias entidades representativas dos servidores se reuniram e me chamaram para participar. Estive lá e disse que a gente chega numa situação em que as coisas não avançam mais. E quando as coisas não avançam mais, começa a haver desgaste. Caminhamos até aqui e acho que estamos no limite. Hoje recebemos um ofício da casa civil, em resposta ao ofício que havíamos mandado, dizendo que a proposta que foi feita a esta Casa, é o máximo que podem chegar, tendo em vista a situação financeira do município. A proposta que fizemos de antecipação das três últimas parcelas para compensar as três que foram suspensas, disse que não há a mínima condição de ser aceita, entretanto, deixando a critério da Câmara, propor emenda ao Projeto de Resolução enviado. Penso que se suprimirmos aquele parágrafo que restringe o direito de ação, estaremos garantindo os direitos de quem quer e de quem não quer aderir ao acordo proposto. Com relação ao Promotor Sebastião Sérgio, este nos sugeriu que consultássemos o Conselheiro do TC Roque Citadini e o Procurador do Estado. Então minha proposta é que mandemos um ofício para fazer essa consulta para sabermos como está o andamento desses procedimentos. Pediríamos que a resposta fosse com a maior brevidade possível, para que possamos colocar o Projeto de Resolução em votação. Caso eles não nos respondam até a semana que vem, do nosso lado, fizemos a nossa parte. O vereador Gasparini entende que não importa o que o Tribunal de Contas ou o a Procuradoria disser, pois o que importa é o que o servidor vai decidir sobre o que estamos autorizando aqui. Disse o Vereador Renato Zucolotto, que o Promotor Público Sebastião Sérgio tem uma Ação Civil Pública contra o acordo de 2012 e outra ação pedindo intervenção no Sindicato e destituição dos diretores. Então, como ele tem essas ações relacionadas com os 28%, penso que devemos atender à solicitação que ele nos fez. O vereador Marinho diz que não foi a Sevandija que atrapalhou este pagamento, mas sabemos que a Prefeitura conseguiu um prazo, ou a suspensão, porque não tem dinheiro em caixa. Quando se fez o acordo, há 10 anos atrás, ninguém poderia imaginar que a situação estivesse dessa maneira. O vereador Renato Zucoloto diz que sabemos que o que motivou o pedido de suspensão dos pagamentos foi a situação financeira. Consulta ainda o Vereador Renato Zucolotto, se os membros desta CEE, concordam com a expedição dos ofícios e todos concordam. A assessora da Vereadora Gláucia, sugere que em vez dos ofícios, os vereadores poderiam fazer uma visita ao Tribunal de Contas e já vir com a resposta, mas



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

os vereadores ponderam que lá não funciona dessa maneira. Assim, os ofícios serão imediatamente expedidos pelo Vereador Renato Zucoloto. Farei também um ofício à CCJ, informamos que a Comissão se reuniu e decidiu enviar os ofícios solicitando informações sobre o andamento dos procedimentos que tramitam tanto no Tribunal de Contas quanto na Procuradoria Geral. O Vereador Gasparini diz que tentará uma audiência no TCE e na Procuradoria do Estado para o início da semana que vem e se conseguir, a Comissão leva pessoalmente as preocupações, tendo em vista o prazo que temos para votar o Projeto de autorização do parcelamento da dívida dos 28,35%. A servidora Rose, do IPM, pede a palavra e diz que faz parte de um grupo dos 28% que congrega aproximadamente cem servidores e diz que o acordo envolve mais de 4000 servidores e a atitude de não aprovar o projeto, pode prejudicar muitas pessoas. Acho que ele tem que ser aprovado da melhor maneira possível, mas existem muitos servidores interessados em receber. Disse ainda o vereador Renato Zucoloto, que tem sido procurado por alguns funcionários, solicitando a aprovação do projeto. Eu penso que se aprovarmos o Projeto, excluindo a cláusula que impede direito de ir ao judiciário, estaremos atendendo as duas correntes. Quem quiser aderir, o fará e não terá seu direito restringido e quem não quiser aderir, não está obrigado a nada. Dessa maneira, precisamos decidir e vejo que chega numa situação em que não se avança e só traz desgaste entre as partes. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 16:30 horas, da qual para constar, eu Emir Aparecida Martins Paulino *Paulino* servidora desta CMRP, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente desta CEE.

**VEREADOR RENATO ZUCOLOTO**  
**PRESIDENTE DA CEE**

C.M.R.P.
Res. 20117
Fl. 141
Rub. 10